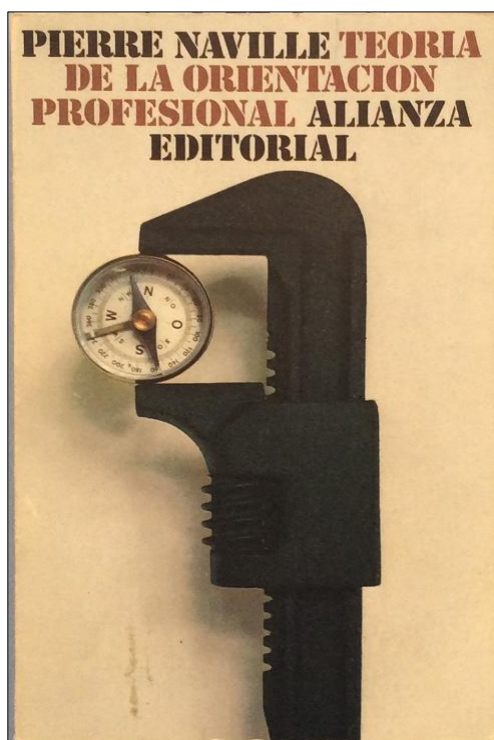


RESENHA

Pierre Naville e sua abordagem materialista histórica da orientação profissional

NAVILLE, P. *Teoria de la orientación vocacional (Teoria da orientação vocacional)*. Madri: Alianza Editorial, 1975.

Tania Aillón Gómez¹
Universidade Mayor de San Simón



[Pierre Naville a Teoria da
Orientação Profissional - Alianza
Editorial]

Em uma época em que a estabilidade no emprego parece ser coisa do passado, revisitar o trabalho de Pierre Naville sobre orientação profissional abre as portas para uma reflexão que investiga as origens dos problemas atuais, como a disseminação sem precedentes de empregos temporários, empregos de meio período e a flexibilidade do trabalho que se manifesta na intermitência sem precedentes entre emprego e desemprego vivenciada pelos trabalhadores. Na sociedade capitalista, a orientação vocacional situa-se como uma mediação entre as exigências da produção (demanda) e a adequação da força de trabalho (oferta); é uma mediação que intervém na configuração dos mercados de trabalho, com o objetivo de buscar o encontro entre a demanda e a oferta da força de trabalho, a fim de neutralizar a escassez de recursos humanos aptos para a produção e controlar o desemprego. Trata-se de um tema que ocupou Naville em um período histórico marcado pela experiência de duas guerras mundiais na Europa e pelos efeitos das políticas de Estado, que, em matéria de gestão de recursos humanos, influenciaram na "orientação profissional" para preencher os vazios que, nos mercados de trabalho, deixaram a experiência da guerra.

1. O debate com as correntes psicológicas da orientação vocacional

Na época, a teoria da orientação vocacional foi influenciada por uma corrente de pensamento dominante, que a explicava com base nas inclinações naturais dos indivíduos para abraçar uma ou outra ocupação e/ou para desenvolver uma ou outra aptidão. O esforço

¹Doutora em Sociologia pela Universidade de Nanterre Paris-10, professora e pesquisadora da Universidad Mayor de San Simón, Cochabamba-Bolívia e membro do Labour Studies Group Llanckaymanta-Bolívia. E-mail: ledaillon@hotmail.com; ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6529-7023>.

de Naville consistiu em demonstrar que as aptidões não decorrem de diferenças inatas nas qualidades psicológicas individuais e que a plasticidade indefinida das aptidões (dentro das possibilidades orgânicas humanas) é determinada pelas necessidades sociais (Naville, 1975). A primeira parte de seu trabalho: *Theory of vocational guidance* (Teoria da orientação vocacional) é dedicada a demonstrar que, desde o mundo primitivo até a era do capitalismo, foram as necessidades sociais que impulsionaram o desenvolvimento das aptidões individuais. Naville especifica:

A concepção mais em voga de orientação vocacional é aquela que reivindica para o indivíduo o direito de ocupar, na divisão do trabalho social, o lugar que corresponde à sua natureza, às suas aptidões e ao seu mérito (definição de M. H. Luc, vulgarizadas centenas de vezes pela imprensa). Essa concepção nega, portanto, pelo menos na aparência, que as exigências sociais possam ter precedência sobre a "natureza" dos indivíduos. (Naville, 1975, p.15).

Nesse contexto, tanto a psicologia quanto o trabalho psicotécnico não levaram em conta as condições econômicas e sociais em que a orientação vocacional é praticada. O aspecto paradoxal dessa situação é que, no período que antecedeu a Segunda Guerra Mundial, outros fatores, além das aptidões individuais, dominaram o desenvolvimento da orientação vocacional na prática, conforme aponta Naville:

O Estado assume uma parte cada vez maior das indústrias sob sua proteção, redistribui a força de trabalho e desenvolve a produção das indústrias metalúrgicas. A orientação vocacional é então proposta para produzir aprendizes por meio de treinamento acelerado. O gerenciamento da educação técnica pede expressamente que os orientadores se tornem recrutadores para o benefício da indústria bélica, ou seja, essencialmente a metalurgia em todas as suas formas. Aqui, também, o respeito às aptidões foi jogado ao mar sem a menor dificuldade. Os testes que serviam para reciclar os desempregados ou para improvisar os agricultores deveriam ser usados para descobrir montadores e torneiros. (Naville, 1975, p. 17).

E depois da guerra, durante o armistício, Naville ressalta que na França:

Após o armistício (junho de 1940), a "vocação" da Frana se torna, por decreto de Hitler e P tain, agrícola e artesanal. A orientaa vocacional   solicitada a enviar os jovens de volta   terra, a fazer aprendizes de artesãos e a desencorajar os aspirantes a metalúrgicos. As aptidões dos aviadores ou dos eletricitistas de r dio deveriam ser transformadas em aptidões para os ofícios artísticos ou para a fabricaa de substitutos (...). Dois anos depois, a mobilizaa de vontades seguida pela deportaa em massa de trabalhadores para a Alemanha significou para a fora de trabalho francesa a varredura mais violenta de sua hist ria². Aprendizes

² Naville observa que os dados oficiais indicam que, em 1943, já havia 12 milhões de homens e mulheres enviados   fora para trabalhar na Alemanha; apenas uma parte deles foi empregada de acordo com sua

de agricultura, silvicultura e outros foram convidados a se tornarem trabalhadores o mais rápido possível na Europa Central (...) homens, mulheres, tudo foi novamente peneirado e distribuído, sem a menor consideração pelas aptidões individuais. A indústria foi abandonada a si mesma, à espera de uma mudança de direção política e econômica que lhe proporcionasse novamente uma estrutura de atividade em que pudesse cumprir confortavelmente as diretrizes dos comitês de empregadores e do Estado. (Naville, 1975, p.17-18).

Poder-se-ia dizer que essa era uma situação de guerra; no entanto, Naville afirma que todos os fenômenos que influenciam o destino profissional das pessoas dependem do mesmo mecanismo, seja em tempos de paz ou em tempos de guerra, e que eles diferem apenas em sua extensão e em seus objetivos imediatos. A guerra apenas destaca processos que já estavam em andamento; em tempos de "paz", as demandas da direção política e econômica do Estado podem ser menos tirânicas e urgentes, talvez menos diretas e explícitas, mas isso não significa que não estejam presentes (Naville, 1975).

Com base nessas observações, Naville afirma categoricamente que a orientação vocacional não desempenha, de forma alguma, o papel que alega desempenhar de escolher para os jovens um ofício ou profissão que se adapte à sua natureza ou gostos individuais; em vez disso, a orientação vocacional é forçada a fazer uma seleção mascarada, que em sua orientação depende de fatores políticos e sociais absolutamente coercitivos (Naville, 1975). Portanto, em vez de ser uma determinação fundamental na distribuição da força de trabalho, a orientação profissional é apenas um subproduto dela, mesmo quando é feita uma aplicação ideal, a avaliação das aptidões, desejos, gostos e inclinações pessoais é dominada pelas circunstâncias coletivas que impõem essas mesmas aptidões.

Essa afirmação está presente na obra de Naville: *Theory of vocational guidance* (Teoria da orientação profissional). Por razões de espaço, vamos delinear alguns dos aspectos mais importantes desse trabalho, que gira em torno de qual é o significado da orientação profissional na sociedade capitalista. Para concluir, apresentaremos algumas pistas que podem servir como porta de entrada, a partir da perspectiva de Naville, para analisar os problemas atuais relacionados à orientação profissional.

2. Orientação de carreira e divisão do trabalho

Psicólogo de profissão, P. Consequentemente, o problema das aptidões e da orientação de carreira é, antes de tudo, um problema social e não um problema "psicológico", resultado das ações

ocupação anterior e, na primavera de 1943, 1.900.000 pessoas (1.200.000 mulheres) que eram trabalhadores do comércio foram colocados para trabalhar na indústria alemã de armamentos (Naville, 1975).

recíprocas do ambiente humano e não de um impulso individual, ou seja, a orientação de carreira depende do governo dos homens, das condições econômicas e sociais de seu desenvolvimento, uma dependência que também afeta a psicologia como um todo (Naville, 1975).

Nessa direção, as hierarquias sociais seriam uma primeira determinação no desenvolvimento das aptidões; Naville ressalta que, se estudarmos com farta documentação a relação entre o nível mental em função do ambiente social, descobriremos uma hierarquia intelectual que está intimamente ligada à hierarquia social³. Ao analisar como o trabalho era dividido nas sociedades primitivas, passando pelas sociedades de castas do mundo antigo e da Idade Média, Naville mostra que as diferenças individuais, que podem tornar uma pessoa mais ou menos bem-sucedida nas tarefas que executa, desempenham um papel muito pequeno na distribuição geral da força de trabalho, porque essas diferenças individuais estão enquadradas nos limites estabelecidos com base nas relações de classe: "elas são as oscilações do ímã, cuja direção geral depende das tensões do campo magnético" (Naville, 1975, p. 54).

Nesse sentido, aptidões específicas são o resultado de processos posteriores de aquisição de hábitos, dentro de uma determinada divisão do trabalho; no caso dos povos primitivos, por exemplo, os argumentos de Naville baseiam-se em pesquisas de etnógrafos que, embora escassas, explicam o papel dos aspectos socioculturais no desenvolvimento de aptidões, certos critérios sociomágicos e sociorreligiosos desempenham um papel importante na distribuição de empregos profissionais⁴; por exemplo, o fato de que, nas sociedades primitivas, as tarefas das mulheres eram atribuídas ao cultivo de plantas e à coleta de frutas e raízes teria sido definido porque, aos olhos dessas sociedades, elas representavam o princípio da fertilidade. Naville acredita que essas crenças, por mais absurdas que possam parecer, criaram as condições objetivas para a divisão do trabalho, pois estavam ligadas à própria estrutura da sociedade, tornando-se uma verdadeira fonte de especialização profissional (Naville, 1975). O arranjo na divisão do trabalho nessas sociedades também estava associado à formação familiar, em que certas famílias atribuíam a si mesmas a exclusividade na execução de determinadas tarefas ou na produção de determinado serviço ou produto. Na Ilha Tunk, todos os ofícios eram considerados patrimônio de certas famílias, que o pai passava para os filhos,

³ A esse respeito, Naville ressalta que 10 psicólogos, ao realizarem suas pesquisas, estabeleceram que a classe social geralmente desempenha um papel predominante no desenvolvimento intelectual.

⁴ Referindo-se a uma pesquisa realizada pelo etnólogo Frazer, Naville destaca que, nessa pesquisa, descobriu-se que em uma das ilhas Caroline o cordão umbilical do recém-nascido é colocado em uma concha, que é então exposta de tal forma que, de acordo com as crenças religiosas desse povo, para que a criança se torne o mais apta possível para a carreira que seus pais escolheram para ela, e que se, por exemplo, for desejado que a criança se torne um bom pescador, essa concha será colocada em uma canoa (Naville, 1975).

geralmente o filho mais velho. Todas as tarefas eram realizadas em segredo, as portas das casas eram mantidas fechadas, as tarefas eram dominadas por mestres com tradições religiosas e mágicas; a comunicação era realizada com base em linguagens secretas, receitas rituais, tabus, com os quais os discípulos eram iniciados⁵. Os resultados dessas investigações, embora não levantem o problema das aptidões, dão conta das condições sociais em que as aptidões são exercidas, algo que fica mais claro quando Naville analisa a divisão do trabalho dentro das castas na Índia, um caso de negação absoluta, segundo o autor, das necessidades e dos direitos individuais, pois a mesma estrutura social impõe a um ser cultivador e a outro ser sacerdote, de acordo com sua correspondência a uma casta, da qual não pode sair sem graves consequências; nesse caso, fica claro que as habilidades de cuidar de vacas e porcos ou as habilidades de colher arroz ou trigo desempenham um papel secundário, uma situação que é justificada pela doutrina religiosa: todos os homens nascem para servir a Deus, um *brâmane* por meio da ciência, um guerreiro com seu poder de proteção, um comerciante com sua habilidade no comércio, um trabalhador braçal, com suas habilidades manuais etc. Nesse caso, diz Naville, para a sociedade hindu organizada em castas, uma filosofia religiosa foi suficiente para não deixar espaço para as habilidades individuais, sem nenhum reconhecimento social, é uma filosofia que mascara, de forma negativa, um regime econômico e social que estabelece uma hierarquia entre dominantes e dominados, os produtores e seus beneficiários, nesse caso, também, como em outros, são as relações sociais que definem a distribuição ocupacional geral (Naville, 1975).

3. Mercado de trabalho, desenvolvimento tecnológico e desenvolvimento de habilidades

A partir dessa perspectiva, Naville aborda a análise do significado da orientação vocacional em uma sociedade de mercado, como a capitalista. Nesse tipo de sociedade, a estrutura do mercado de trabalho é a estrutura que domina a classificação ocupacional; aqui, o dado primário não é homem *versus* profissão ou profissão *versus* homem, como duas unidades individualizadas a serem reunidas guiadas por aptidões ou inaptidões (Naville, 1975), mas depende da divisão do trabalho, da estrutura geral de produção; uma dinâmica na qual as aptidões derivam dos meios socialmente empregados para satisfazer as necessidades sociais e não as necessidades das aptidões. Quando Naville pergunta sobre as

⁵ Esse arranjo da divisão do trabalho também é encontrado, de acordo com essa pesquisa, no nível da vizinhança, entre os Matse, cada bairro em uma localidade de certa importância tinha uma especialidade, em um bairro havia ferreiros, em outro fazendeiros, em outro caçadores etc. (Naville, 1975).

aptidões: "Como elas são modificadas, como são aperfeiçoadas, se não pela pressão da evolução tecnológica? E onde o condutor de locomotivas obteve as aptidões que o caracterizam na moderna indústria de transportes? Elas eram um potencial sempre inscrito na natureza humana? Elas estavam apenas esperando que a 'maturação' humana se revelasse?"; na realidade, responde Naville, o condutor foi formado e adaptado graças ao contato imprevisto com novas máquinas (Naville, 1975). As aptidões não se desenvolvem a partir de componentes psíquicos naturais, mas de estruturas adquiridas na prática, em contato com mecanismos, cuja origem tem pouco a ver com as necessidades profundas do indivíduo, razão pela qual Naville afirma que seria mais correto falar de adaptações em vez de aptidões. Nessas circunstâncias, o mercado de trabalho, como meio de manifestação econômica das exigências das "forças de ajuste", desempenha um papel decisivo, e é por isso que qualquer teoria válida de orientação vocacional deve levá-lo em consideração.

A partir de toda a argumentação exposta na primeira parte de seu trabalho: "A teoria da orientação vocacional", Naville conclui que, no que diz respeito à orientação vocacional, a realidade básica com a qual se trabalha não é a aptidão vocacional específica de um indivíduo, mas a divisão do trabalho que impõe uma estrutura de possibilidades às disposições dos seres humanos. Nesse sentido, a divisão do trabalho e a distribuição do trabalho são realizadas dentro de uma estrutura social, com uma série de hierarquias e antagonismos sociais, que tendem à fixação de classes dentro de uma dinâmica de desenvolvimento tecnológico e científico em que habilidades, hábitos e aptidões são adquiridos por meio da realização de operações cada vez mais complexas, respondendo às exigências do mercado de trabalho e da divisão do trabalho, ajustando as capacidades humanas a essas exigências (Naville, 1975). Assim, a orientação vocacional se concentra em um "dirigismo" que não leva em conta o ser humano, o trabalhador, um "dirigismo" que, como aponta Naville, é controlado pelo Estado e pelas organizações de empregadores, um espaço no qual a liberdade individual é necessariamente restrita.

Consequentemente, a organização capitalista do trabalho constitui, para Naville, o principal obstáculo a uma verdadeira orientação profissional e ele considera que somente o controle e o planejamento popular da economia abririam as portas para uma verdadeira orientação profissional, porque ela deixaria de funcionar com base em um mercado de trabalho e levaria em conta as necessidades humanas fora até mesmo do processo de produção da oficina, das fábricas, e desmascararia a pseudoliberalidade de escolha profissional e a suposta possibilidade de os trabalhadores seguirem suas inclinações. A formação profissional evidenciaria, então, por meio de adaptações sucessivas, superpostas ou múltiplas às profissões, a polivalência das aptidões humanas, que, segundo Naville, deveria ser o postulado fundamental de toda orientação profissional

equilibrada e sincera, orientação profissional essa que só tem sentido se for realizada em benefício da sociedade como um todo e não para o lucro individual ou familiar. Portanto, o pleno desenvolvimento das capacidades humanas só é possível se houver uma profunda transformação das relações sociais de produção (Naville, 1975).

4. O significado de "igualdade de oportunidades" na escolha profissional

Para estabelecer o significado e o escopo da "orientação vocacional" nas sociedades industriais modernas, que são sociedades com desigualdades sociais e econômicas, Naville menciona que é necessário partir da análise dos meios disponíveis para uma pessoa escolher entre uma gama de possibilidades que ela quer e pode fazer; só então é possível identificar os fatores condicionantes aos quais a orientação vocacional está sujeita: a distribuição geográfica da infraestrutura educacional, os recursos econômicos e o tamanho da família, a composição do emprego local e regional etc. são fatores de desigualdade ou restrição do campo de possibilidades oferecido a cada pessoa. Em outras palavras, as chances de um indivíduo escolher uma direção ou outra em sua vida profissional estão sujeitas a condições sociais mais amplas; portanto, a expressão "igualdade de oportunidades" esconde uma contradição em seus próprios termos (Naville, 1975). De fato, falar de "igualdade de oportunidades" em um sistema que não implica nem igualdade de pessoas (ou de grupos familiares) nem a probabilidade de ocupar as mesmas posições na sociedade é enganar a si mesmo sobre o significado da fórmula "igualdade de oportunidades" (Naville, 1975). "Trata-se apenas de uma 'fórmula jurídica', segundo a qual cada indivíduo tem o direito de acesso a qualquer emprego e nada mais, em face de condições sociais que se expressam fora da lei" (Naville, 1975, p. 259).

A oportunidade pode, então, ser definida como uma relação entre casos possíveis e casos prováveis e tem a característica de manifestar diferenças e desigualdades, de tal forma que falar em "igualdade de oportunidades", em sentido estrito, significaria falar em "igualdade de oportunidades", em sentido estrito, significaria falar em "igualdade de oportunidades", em sentido estrito, significaria falar em "igualdade de oportunidades", em sentido estrito, significaria falar em "igualdade de oportunidades", em sentido estrito, significaria admitir a igualdade de oportunidades. em sentido estrito, significaria admitir que todos os indivíduos têm a mesma probabilidade de alcançar as mesmas posições por meio de uma sucessão de estágios idênticos, o que é evidentemente contrário a tudo o que é observado (Naville, 1975). Se for apenas um direito e não um fato, ele oculta a desigualdade potencial e, é claro, deve-se antes de tudo entender as condições desse fato se quiser mudá-lo. Muitos testes demonstram, como ressalta P. Naville, que

os compartimentos diferenciais revelam diferenças que se devem menos às formas de atividade que os jovens terão de enfrentar na vida adulta que aos efeitos da herança social. Portanto, a igualdade de oportunidades se reduz à probabilidade socialmente determinada de ocupar um emprego de um determinado tipo e categoria; uma probabilidade que depende de grandes números correspondentes a classificações ocupacionais e sociais muito maiores⁶.

Reflexões finais

Ao destacar aspectos relevantes das reflexões de Naville em sua obra: “Teoria sobre orientação vocacional”, podemos verificar a contribuição desse autor para uma concepção materialista da orientação vocacional, em oposição às concepções idealistas com viés psicologizante que predominavam na época e ainda persistem. Sua concepção é materialista histórica, pois mostra que, à medida que as sociedades mudam, mudam também os determinantes da orientação profissional, desde a magia nas sociedades primitivas, passando pelo mercado de trabalho na sociedade capitalista, até a estrutura de castas em sociedades como a indiana. Dentro dessa perspectiva materialista histórica, o desenvolvimento das forças produtivas (desenvolvimento tecnológico), juntamente com as mudanças na divisão social do trabalho, desempenha um papel determinante nas possibilidades de desenvolvimento de habilidades, mas também na demanda de habilidades pela sociedade. Entretanto, a visão de Naville não se limita a essas dimensões, que ele chama de estruturais; ao contrário, sua visão está entrelaçada com as relações sociais nas quais as habilidades são desenvolvidas ou a orientação de carreira é praticada; como quando ele analisa o caso da Índia, sua visão da orientação vocacional é cristalina, pois a possibilidade de um indivíduo desenvolver suas inclinações individuais no exercício de um ofício ou profissão está totalmente subordinada ao lugar que ele ocupa dentro das relações sociais de casta e, no caso da sociedade capitalista, essas possibilidades são orientadas pelo mercado de trabalho, que serve como um quadro de referência fundamental, tanto para a orientação vocacional quanto para o desenvolvimento de aptidões.

Se os mercados de trabalho são o ponto de referência básico para a "orientação vocacional", isso significa que ela é guiada pela dinâmica da qualificação, que valoriza certas aptidões e habilidades nos mercados de trabalho, enquanto desvaloriza outras. Isso porque, na sociedade capitalista, a força de trabalho é uma mercadoria, cujo grau de qualificação (atribuição de um determinado valor no mercado) depende do tempo de trabalho necessário para determinada formação profissional e da relação entre oferta e demanda dessa força de

⁶ O psicólogo é, então, obrigado a interferir em fatores coletivos, o que amplia o campo de indecisão em que deve ocorrer a boa ou má orientação profissional (Naville, 1975).

trabalho, como no caso de qualquer outra mercadoria⁷. Para P. Naville (1979), a qualificação é descoberta no mercado de trabalho, como uma escassez social relativa a certas habilidades de trabalho. A relação entre trabalho qualificado e não qualificado, bem como as relações entre os diferentes níveis de trabalho qualificado (qualquer característica da força de trabalho obtida por meio de uma educação comum se tornará parte do trabalho não qualificado), está em permanente movimento; é por isso que a relação entre a duração da aprendizagem de uma determinada força de trabalho e sua remuneração não é estabelecida de uma vez por todas, mas é sensível às condições do mercado de trabalho, às transformações técnicas, socioeconômicas e culturais das diferentes sociedades (Aillón, 2018).

Nessas circunstâncias, a "orientação vocacional" não é uma forma eficaz de resolver problemas de emprego em sociedades de mercado como a capitalista, onde, como vimos, a relação entre formação e emprego não é imediata, é uma relação mediada pelos mercados de trabalho, cuja dinâmica produz sua transformação contínua, portanto, é uma relação que é permanentemente reconstruída por mudanças tecnológicas, mudanças organizacionais, lutas e negociações entre empregadores e trabalhadores etc. (Aillón, 2018).

É por isso que, no capitalismo contemporâneo, cada vez mais, apenas parte da formação adquirida serve para qualificar, nos termos fornecidos por Naville, ou seja, para classificar, hierarquizar e valorizar a si mesmo nos mercados de trabalho. Isso explica por que, tanto nos países centrais quanto nos periféricos, são cada vez mais observados fenômenos como a superqualificação e/ou a sobrequalificação nos empregos, ou seja, pessoas que têm habilidades superiores em relação ao cargo que ocupam, pessoas que têm uma diferença entre uma trajetória profissional esperada e uma trajetória profissional real (Aillon, 2018). Estudos da CEPAL identificaram uma correlação relativa acentuada entre o peso dos setores de baixa produtividade e o nível educacional dos jovens, e também observaram que, à medida que o nível educacional dos jovens que entram no mercado de trabalho aumenta, um número cada vez maior desses jovens não encontra um emprego de acordo com sua formação (CEPAL, 2006 *apud* Aillón, 2018).

Os processos em curso acima mencionados não podem ser explicados se considerarmos a "orientação profissional" como inspirada nas aptidões individuais inatas dos indivíduos, mas

⁷ Para Naville, a qualificação é o resultado de uma comparação social do tempo de treinamento, entre as várias forças de trabalho, não consideradas como qualidades imediatas (habilidade profissional, conhecimento profissional ou técnico, inteligência profissional, aprendizado individual ao longo de vários anos), mas por uma medida comum, certa duração no tempo, o tempo de treinamento, um elemento geral e socialmente valorizado. Somente à medida que as habilidades de trabalho são julgadas em relação à unidade de medida comum imposta pelo "tempo de aprendizagem", entendido em um sentido amplo (duração dos estudos, custo da aprendizagem, habilidades adquiridas, antiguidade), elas podem vir a qualificar o trabalho (Naville, 1979, *apud* Aillón, 2018).

se a considerarmos do ponto de vista materialista de P. Naville, que encontra na divisão do trabalho e no caráter mercantil da força de trabalho os obstáculos para o pleno desenvolvimento das aptidões dos indivíduos, uma vez que a sobrevivência depende da possibilidade de vender essas aptidões no mercado, essas aptidões devem ser adaptadas a esse mercado, para serem qualificadas e serem afirmadas como úteis para a produção social. É por isso que, como enfatiza Naville, a orientação vocacional não pode desempenhar o papel de escolher para os jovens um ofício ou uma profissão que se adapte à sua natureza ou aos seus gostos individuais, mas apenas ao custo de condená-los ao desemprego crônico se essas habilidades ou aptidões desenvolvidas não forem procuradas no mercado. Essa impossibilidade de orientação vocacional é continuamente expressa na incompatibilidade entre treinamento e emprego que caracteriza os mercados de trabalho na sociedade capitalista, onde a relação entre treinamento e emprego não é imediata, mas é mediada pelo mercado.

Bibliografia

AILLON, T. O déclassé visto a partir das propostas teóricas de G. Friedman e P. Naville. *Revista Educação e Políticas em Debate*, v. 7, n. 1, p. 191-207, jan./abr ano. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/revistaeducaopoliticas/article/view/47055>. Acesso em: 29 agosto 2025. DOI: <https://doi.org/10.14393/REPOD.issn.2238-8346.v7n1a2018-14>.

NAVILLE, P. *Teoria da orientação vocacional*. Madri: Alianza Editorial, 1975.

NAVILLE, P. Qu'est-ce-que la qualification du travail ? *L'année sociologique*, Paris, v. 30, p. 497-503, 1979.

Recebido em: 30 de agosto de 2025

Aceito em: 30 de setembro de 2025
